



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/05/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 6ª audiência pública do ano de 2014, e 2ª audiência pública do PL 176/2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, *links* TV Câmara, Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, *link* Audiências Públicas – Registro Escrito.

Foram convidados a participar desta audiência a Exma. Sra. Leda Maria Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, agradeço a presença; Exmo. Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que indicou como representante o Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros, Secretário Adjunto, muito obrigado pela presença; Exmo. Sr. Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas, que indicou como representante o Sr. José Janeiro Perez Filho.

Peço que componham a Mesa as autoridades presentes. As inscrições para pronunciamento devem ser feitas junto à Secretaria da Comissão.

Anuncio a presença do Vereador Aurélio Miguel.

Tem a palavra a Sra. Leda Maria Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Boa tarde a todos. Lembro que esta é a 2ª audiência pública deste projeto de lei das diretrizes orçamentárias, que foi enviado pelo Executivo a esta Casa.

Considerando que ainda não houve, nesse meio tempo, por parte desta Casa a elaboração ou apresentação de emendas ao projeto de lei, ele se encontra praticamente do

mesmo jeito que foi enviado, de modo que ficamos um pouco na dúvida se deveríamos reapresentar aquele que já foi apresentado na audiência pública anterior.

Avaliamos finalmente que seria interessante fazer a apresentação considerando que não necessariamente as pessoas que lá estiveram são as mesmas que estão aqui hoje. Ou pelo menos, um conjunto dessas pessoas podem não ter visto esta apresentação, então resolvemos por bem fazer a apresentação.

Quem esteve na audiência anterior vai assistir uma repetição da mesma apresentação, considerando que não houve ainda por parte desta Casa a apresentação de emendas ao projeto de lei enviado pelo Executivo.

- **A Sra. Leda Maria Paulani** passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Aí é simplesmente a colocação do fluxo de peças de orçamento que temos hoje no Executivo, o programa de metas que é uma obrigação legal instituída por meio de uma emenda à Lei Orgânica de 2007.

O programa de metas, apesar de ser uma obrigação legal, não se transforma em lei, inclusive, tem a possibilidade de ser permanentemente discutido com a população em audiências públicas. Foi apresentado pelo Governo Fernando Haddad no dia 26 de março, na primeira reunião do Conselho da Cidade de São Paulo, que também foi criado nesta gestão. E é um programa que cobre os quatro anos de gestão de um Governo. Então o nosso é o programa de metas 2013/2016.

A partir de 2013 começamos a elaborar o plano plurianual, que é igualmente uma peça de planejamento de médio prazo, também de quatro anos, com a diferença de que ele começa no segundo ano de uma gestão e vai até o primeiro ano da gestão seguinte. Então o nosso PPA já foi aprovado por esta Casa e tem esse período de 2014 a 2017.

O PPA já existe há muitos anos. É uma obrigação que decorre de uma lei federal e agora, no caso da cidade de São Paulo, que tem o programa de metas como obrigação também, tem uma relação direta e procuramos estabelecer um vínculo bastante orgânico entre

o programa de metas e o plano plurianual.

Em paralelo temos as duas leis anuais que sempre são necessárias, a lei de diretrizes orçamentárias que hoje estamos discutindo e a lei orçamentária anual. Esse é um esquema apenas para lembrarmos e situarmos sobre o que é a lei de diretrizes orçamentárias e como ela se insere dentro desse quadro geral de peças de planejamento.

A lei de diretrizes orçamentárias tem previsão constitucional e tem o seu detalhamento apresentado na lei de responsabilidade fiscal. Seu objetivo é estabelecer a organização da lei orçamentária anual, dispõe sobre plano de cargos e salários e sobre legislação tributária. Fala também das regras para o processo orçamentário e tem a exigência de apresentação das metas fiscais.

Fizemos alguns destaques do texto do projeto de lei enviado à Câmara dos Vereadores nesse projeto da lei de diretrizes orçamentárias que vigorará em 2015. O primeiro destaque é esse que está aí, o projeto de lei orçamentário relativo ao exercício de 2015, deverá assegurar os princípios da justiça, da participação popular e de controle social, de transparência e de sustentabilidade na elaboração e execução do orçamento.

Então esse é um primeiro destaque que gostaríamos de enfatizar, pelos princípios que presidiram, presidem e devem presidir a nossa atuação do ponto de vista orçamentário e de planejamento da Prefeitura. Bom, continuando com os destaques, nós temos um detalhamento desses princípios gerais, que há por bem apresentá-los de forma destacada aos senhores. Diz o seguinte:

“ Elaboração da lei orçamentária deve se pautar pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas às suas diversas etapas.

Parágrafo I – Para assegurar a transparência e a ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas de forma regionalizada e individualizada por subprefeitura, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/200, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo II – Para a discussão da proposta orçamentária, as subprefeituras

organizarão, em conjunto com os conselhos participativos municipais, processo de consulta, acompanhamento e monitoramento, de modo a garantir não somente a participação na elaboração como na gestão do Orçamento.”

Este parágrafo faz referência aos conselhos participativos municipais, os conselhos que foram eleitos numa eleição direta que ocorreu em toda a Cidade no dia 8 de dezembro. Esses conselhos já foram todos organizados e empossados, e, na nossa articulação, Secretaria de Planejamento, com a Secretaria de Relações Governamentais, nós estamos estreitando os laços entre os nossos mecanismos de participação e os conselhos participativos municipais.

“Parágrafo III – Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecer a metodologia que orientará os processos de participação popular, acompanhamento e monitoramento de que tratam os §§ 1º e 2º, a partir das propostas e discussões realizadas no âmbito do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos – CPOP.”

Já estamos marcando a data da primeira reunião do pleno do CPOP, que tomou posse há algumas semanas atrás, numa cerimônia na Praça das Artes, onde foi também inaugurado o Sistema de Monitoramento das Metas.

O Sistema de Monitoramento das Metas foi uma promessa do Executivo à população que participou das audiências públicas, pelo qual a população pode acompanhar a evolução de cada meta e saber como é que ela estava se desenvolvendo. Esse sistema já existe e está no site www.planejasampa.sp.prefeitura.gov.br, e pode ser acessado por qualquer munícipe, qualquer cidadão do país.

Continuando com os destaques.

“As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2015 são aquelas especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, observando o Programa de Metas 2013-2016 da Cidade de São Paulo, elaborado nos termos do art. 69-A, e o § 9º do art. 137 da Lei Orgânica do Município.”

Neste ano, já mandamos o Anexo de Prioridade e Metas junto como projeto de lei. Esse anexo foi feito tendo por base o Programa de Metas, e acompanha o corpo da lei.

Aí temos alguns números que nos mostram, do ponto de vista de receitas e despesas agregadas, algumas diferenças que os senhores poderão notar entre aquilo que está consignado no PPA para 2015 e os números para os quais esta LDO está apontando agora.

Essa diferença deve-se fundamentalmente às mudanças que ocorreram depois de o PPA já aprovado, e já em vigor, em particular a questão da liminar do TJ que nos impediu de fazer o lançamento dos tributos do IPTU de acordo com a nova Planta Genérica de Valores. Isso levou a uma arrecadação na receita prevista, e como é esta a situação que hoje vigora, a previsão de receita para 2015 se reduz. Portanto, correspondentemente, também se reduz a despesa. Então aí só apresentamos esses dados agregados.

E aí também temos com objetivo, do ponto de vista das prioridades que estão no Anexo de Prioridades e Metas que enviamos junto com o PL, o volume de recursos previstos nesse anexo de prioridades. Lembro que essa não é a totalidade dos recursos para essas áreas. São apenas os investimentos que estão aí previstos.

O volume maior é de mobilidade, envolvendo principalmente a construção de corredores de ônibus. Temos, depois, volume em educação, drenagem, recursos naturais, que basicamente, dizem respeito ao Programa Mananciais. Então tem muito recurso para habitação que está aí dentro – a maior parte desse recurso, na realidade. Enfim, e outros valores substantivos também, como saúde, requalificação do espaço público e assim por diante.

Era isso o que eu tinha a dizer. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Secretário-Adjunto, Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Boa tarde a todos. Agradeço ao Vereador Paulo Fiorilo, mas acho que não há mais nada a acrescentar ao que a Secretaria Leda já comentou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok. Então vamos passar imediatamente às perguntas.

O primeiro inscrito é o Sr. Fábio Siqueira, e, na fala do Sr. Fábio, eu vou encerrar as inscrições, para que assim possamos ouvir todos os inscritos.

Estão inscritos os Srs. Fábio, Carlos, do Conselho da zona Oeste, Diogo, do Conselho da zona Sul, Edna Calvo Leite, da Subprefeitura da Vila Mariana.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, Relator da LDO, quem preside esta sessão; saúdo também o Vereador Aurélio Nomura, a Secretária Leda Paulani e o Secretário-Adjunto da Secretaria de Finanças, e, em especial, a população da cidade de São Paulo aqui presente.

Lamento profundamente que numa audiência pública da LDO a participação tenha

sido tão reduzida, pois isso com certeza reforça o argumento de que deve haver mais audiências da LDO até a aprovação deste projeto no mês que vem. Temos tempo. É importante trazer a discussão da LDO para as regiões e para os temas. Lembrem-se de 2006, por exemplo, quando tivemos, além das duas obrigatórias, mais quatro audiências temáticas da LDO, e o Vereador Paulo Fiorilo era da Comissão. Isso, inclusive, com documentação do próprio Arquivo da Câmara. Então é importante discutir educação, saúde, habitação, transporte, cultura e as diretrizes orçamentárias, especialmente no momento de discussão do Plano Diretor, uma vez que este tem muito a ver com o que foi apresentado aí.

No Orçamento deste ano, por exemplo, vejamos a delicada situação da Secretaria promotora do Plano Diretor, a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, que só executou, até março, 4,5% de seu orçamento, sendo que a média teria que ser 25%. Então não é à toa que mandaram o Plano Diretor tão lacunoso, com tantas falhas, o que infelizmente vai prejudicar bastante a Cidade se não for urgentemente modificado. E, infelizmente, o Vereador Nomura (?), que não está com boa vontade – aliás, muito pelo contrário, já que está seguindo a cartilha do péssimo Prefeito Fernando Haddad –, e isso vai prejudicar por décadas a cidade de São Paulo. Então clamo à população, pois a população carente será a grande vítima disso, para que haja muita seriedade no Plano Diretor, seriedade que não estamos vendo na questão apresentada pela Secretaria de Planejamento. Não é possível que se apresente um volume de recursos totalizando, na tela agora apresentada, 13,8% em educação, sendo que a média constitucional é de 31%, e 7,2% para a saúde. Ou seja, é a metade da média histórica de 15%.

Portanto, ano que vem, meus senhores e minhas senhores, educação e saúde continuarão péssimos na cidade de São Paulo, porque um Governo que prevê 7% de investimento para a saúde num volume total, realmente não quer tratar de saúde pública o ano que vem. Quanto à educação, a meta das creches realmente vai ser difícil cumprir. Falam que entregaram 22 creches no ano passado, mas nem apresentaram as diretrizes ainda. Mas, para 2014, a previsão é de 14. Quer dizer, vão ter de fazer 100 creches e 100 creches em 2006. O incompetente Secretário anterior, Alexandre Schneider, chegou a entregar uma creche para a cidade de São Paulo em 2008, na péssima e suspeita gestão de Gilberto Kassab, advinda do péssimo e suspeito ex-Prefeito José Serra. Portanto, é lamentável o que está acontecendo.

Por fim, para terminar, eu queria um esclarecimento da Secretaria, que assinou um estranho decreto na semana passada, o Decreto 55103, de 12 de maio de 2014, que dá 10 milhões de reais para a Operação Urbana Faria Lima, que é claro que é importante, mas

retirando dinheiro sabe da onde? Superávit financeiro. Quer dizer, ela não retira dinheiro do Orçamento, ela retira dinheiro por uma artimanha, um artifício por fora do Orçamento. Então é provável que exista dinheiro na cidade de São Paulo. As reivindicações da saúde, da educação e dos segmentos têm de ser atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Não, eu vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É que o senhor falou que é igual aos outros.

Eu vou dar um minuto a mais.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Vou terminar com o seguinte: denuncio a Secretaria de Planejamento e sua equipe, infelizmente incompetente, que excluiu da LDO o Conselho Municipal da Habitação, que não existe para a Secretaria de Planejamento. Não tem nada para este ano ou para o ano que vem do Conselho Municipal de Habitação eleito agora no mês de março, bem como a questão da Operação Urbana Água Branca.

Operação Urbana Água Branca: ano passado, zero de habitação; não usaram nada. Ano passado, em obras, usaram 11 milhões de reais. A gestão Haddad, e sua incompetente Secretária Leda Paulani, repetem prejuízo da gestão Kassab na cidade de São Paulo, de usar dinheiro para obras faraônicas e não usar dinheiro para habitação na Operação Urbana Águas Espraiadas.

Denuncio a Sra. Leda Paulani e sua equipe por não cumprir a lei federal e estadual e por combater o Orçamento Participativo.

P – Queria agradecer o Sr. Fábio, que falou por dois minutos e 20 a mais.

Tem a palavra o Sr. Carlos. Quando estiver faltando um minuto, vou avisá-lo, igual a todos, exceto o Sr. Fábio.

O SR. CARLOS MINITTI (?) – O senhor vai dar quanto?

P – Três minutos. É o tempo de todo mundo. Tem aqueles que têm dificuldade, então eu sou sempre tolerante, mas eu estou pedindo os três. Com o cara que tem dificuldade eu sou tolerante. Estão encerradas as inscrições.

O SR. CARLOS MINITTI – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, boa tarde a todos, em especial àqueles que estão nos assistindo pela internet, pela TV Câmara São Paulo, o pessoal da Lapa, principalmente, a quem eu sempre faço o pedido para acompanhar os trabalhos da Câmara.

Eu sou o Carlos Minitti, Conselheiro de Metas, ex-Conselheiro, eleito pela zona

Oeste, e agora conselheiro do CPOP – Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo.

Quero cumprimentar, além do Vereador Fiorilo, o Nomura, e agradecer principalmente à Leda Paulani, que nos recebeu muito bem durante o ano de 2013 todo, durante a nossa gestão ali no Conselho de Metas, e agora também tem conduzido com o mesmo carinho toda as nossas reuniões ali do Conselho do CPOP. Muito obrigado pelo carinho que a senhora nos tem demonstrado.

A minha observação em relação à Lapa, especificamente, é que nós vimos na nossa última reunião do CPOP, Sra. Leda, que vamos ter algumas repactuações de metas. Isso é muito saudável para nós, porque as metas não podem ficar estanques. Um exemplo típico, Fiorilo, é você analisar o nosso equipamento cultural, o Tendal da Lapa. Se você for ver, por vias oficiais, quais são as programações das oficinas ou dos espetáculos do Tendal da Lapa, você não vai achar nem pela Secretaria da Cultura e nem pela Secretaria das Subprefeituras, ao qual ele está atrelado.

Bom, em resumo, o que está acontecendo: desejamos que na meta 27, que é basicamente construir, reformar e requalificar equipamentos culturais, seja incluída a Lapa. Hoje, se o senhor colocar a meta 27, não tem nada para o Tendal da Lapa. E vai contra o que o nosso Secretário Juca Ferreira tem falado, que ele tem demonstrado interesse em recolocar esses centros culturais de volta para a esfera da Cultura. Então não está havendo um certo diálogo aí. Por isso que precisa ser repactuado. E, principalmente, que nós conseguimos uma aprovação de 300 mil reais para tocar o dia a dia desse Tendal, e nem isso como emenda parlamentar. E não temos conseguido nem o consolidado, nem a aprovação desses 300 mil reais. Isso que está estranho. Agora, de qualquer maneira, se esse equipamento cultural volta para a Secretaria, o que é muito importante, Secretária, é que haja um diálogo muito forte do pessoal da Cultural com aquela comunidade em que está inserida, porque, muitas vezes, vem aqueles espetáculos cabeça, oficinas para seis pessoas – não tenho nada contra dança cigana –, mas isso às vezes é só para meia dúzia de pessoas, não é o suficiente para contemplar realmente aquela comunidade. Então tem que ter o dinheiro bem gasto, bem aplicado para aquela comunidade.

É difícil, Vereador Paulo, porque tem só um minutinho, e estamos falando de coisas bastante importantes.

P – Vocês já falou por quatro minutos.

R – Tá, obrigado, Paulo Fiorilo.

P – Dizem que eu sou um cara duro com o tempo, é que mais gente quer falar, entendeu.

R – É, vamos mudar para o Grande Expediente, né?

P – No Grande Expediente são 15 minutos.

R – Obrigado.

P – Tem a palavra o Sr. Diogo Cardoso.

Eu queria só perguntar: o Laerte Brasil está aqui?

- Manifestação fora do microfone.

P – A sua inscrição foi cancelada hoje.

- Manifestação fora do microfone.

P – Eu cancelei de próprio punho.

O SR. DIOGO CARDOSO – Boa tarde a todos. Meu nome é Diogo, sou da zona Sul de São Paulo, moro na região do Grajaú. Gostaria de agradecer a todos da Mesa, ao Nomura, ao Fiorilo, à Secretaria Leda, e elogiar o trabalho da Secretaria de Planejamento. Não basta só reclamar, a população tem que participar. Reclamar é fácil, mas participar às vezes é difícil. Infelizmente, a sala vazia. Temos de participar com mais força e abrir espaço para a juventude também falar.

Gostaria de pedir, mais uma vez, a apreciação da Casa quanto à criação da subprefeitura do Grajaú. Volto a repetir: a Subprefeitura da Capela do Socorro está totalmente saturada com tanta demanda, e não é uma associação que está pedindo, e a população da zona Sul de São Paulo que pede essa criação.

Verifiquei no Programas de Metas, referentemente às áreas de interesse sociais, as ZEIS, e temos de tomar cuidado com o verde de São Paulo. Não adianta em tudo querer construir unidades habitacionais. Estamos perdendo as nossas áreas verdes de São Paulo. Várias e várias pessoas estão invadindo as áreas, estão pedindo para criar unidades habitacionais. Daqui a pouco não vamos ter nenhuma área verde. Nem todas as áreas têm que ser para habitação. Também tem que ter praça, porque a população vai ter o seu momento de lazer onde?

Sobre a questão dos telecentros fechados, eu gostaria de saber qual é o projeto para a área de inclusão digital. O que temos em vista na Casa?

P – Quero anunciar a presença do Vereador Ricardo Nunes, membro da Comissão de Finanças.

Tem a palavra a Sra. Edna Calvo Leite, da Subprefeitura de Vila Mariana.

A SRA. EDNA CALVO LEITE – Muito obrigada pela participação, por essa oportunidade, à Mesa, à Secretaria Leda.

Venho solicitar um palestrante para a nossa comissão, para os nossos conselheiros, porque temos dificuldade no nosso conselho quanto ao entendimento da LOA, da LDO, e gostaríamos de solicitar a nossa demanda para o ano que vem, mas com mais embasamento. Então, se há a possibilidade de nos fornecerem uma pessoa que vá até nosso conselho, que todas as primeiras terças-feiras de todos os meses é a nossa reunião ordinária. Há possibilidade de contarmos com um palestrante?

(NÃO IDENTIFICADO) – Com certeza.

A SRA. EDNA CALVO LEITE – Obrigada.

Na nossa região, temos uma preocupação, sim, com o Plano Diretor, que as estações do metrô vão estar bem próximas ao Parque do Ibirapuera, ao Jardim Luzitânia, e são áreas nobres. E gostaríamos de saber como é que vai acontecer a verticalização numa área tão nobre.

P – Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevam, do Sindsep.

A SRA. LOURDES ESTEVAM – Boa tarde a todos. Sou do Sindisp, mas também sou do CPOP, sou da zona Sul, Campo Limpo. E eu tenho consciência de que quando fazer a discussão desse projeto de lei temos de olhar o conjunto. Mas não podia ficar parada quando eu vi aquilo que foi colocado para a saúde. Acho que esse montante que está destinado, esses 7,5, uma boa parte dele, vai para organização social. Então na verdade eu fico perguntando o que é que, de fato, vai sobrar, levando em conta que, segundo a avaliação que tanto a população quanto os trabalhadores fazem do trabalho das organizações sociais, elas estão muitíssimo aquém daquilo que a população precisa. Inclusive, neste final de semana o Hospital do M'Boi mirim – um hospital de organização social – foi invadido pela população, porque não funciona. Então eu gostaria de pedir para que a Secretaria de Planejamento revise esse orçamento. E nessa revisão, também gostaria que fosse olhado melhor aqueles que desenvolvem a política pública, porque ela não é realizada pelas paredes, ela é realizada por trabalhadores. E os trabalhadores da Prefeitura Municipal de São Paulo urgentemente têm de ser valorizados, porque é um dos menores salários que existem no Brasil e na América Latina.

P – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil. Por pressão dos Srs. Vereadores, eu o reinscrevi. Agradeço aos Srs. Vereadores Ricardo e Aurélio Nomura. O senhor tem três

minutos. Serei rigoroso, porque o senhor não apresentou o documento de identidade, e o senhor nem é do CPOP.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente da Confer (?) São Paulo do Trabalho e Empreendedorismo.

Primeiramente, quero parabenizar os Vereadores da Comissão, bem como as demais pessoas que estão aqui reunidas para debater o futuro da cidade de São Paulo.

Vou começar fazendo umas denúncias a nível de Estado, que implicam, vamos dizer, no desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Esse ladrão aí, o Geraldo Alckmin, esse ladrão de quatro esquinas, esse vagabundo está roubando cerca de 185 bilhões dos cofres públicos do povo paulista...

P – Sr. Laerte, por favor, se puder, mantenha o nível.

R – Tá legal. Um tipo de verme igual ao Alckmin e os comparsas...

P – Eu peço para o senhor manter o nível, e o senhor chama ele de verme.

R – Desse montante de dinheiro roubado, 23% é saúde, 25% é do transporte, inclusive do metrô, 15% é da Secretaria de Obras e 11% é da segurança.

Foram convidados a participar desta audiência a Exma. Sra. Leda Maria Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, agradeço a presença; Exmo. Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que indicou como representante o Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros, Secretário Adjunto, muito obrigado pela presença; Exmo. Sr. Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas, que indicou como representante o Sr. José Janeiro Perez Filho.

Até os valores da comunidade carcerária, pois um preso custo R\$ 7 mil, o Geraldo Alckmin e seus comparsas estão agindo, superfaturando mensalmente cerca de 38% de cada preso na cidade de São Paulo. Recentemente ele fez uma distribuição de dinheiro roubado através de cheque, junto com o Ministro da Justiça, e o comparsa dele, o Vice-Governador, mais o ex-ladrão, o Gilberto Kassab, disse que, desse montante, seria destinado um valor para o Prefeito Kassab para impedir minhas atividades, enquanto que ele, malandramente, junto com seus comparsas, fica usando (ininteligível) de vampiro, através do Comandante Geral da Polícia Militar, o Secretário de Segurança Pública, o Comandante Militar do Exército, e outros

bonecos do Estado. Enquanto isso, sei que o Prefeito Haddad não está pegando dinheiro roubado e já vou entrar com um documento, na próxima semana, no gabinete dele.

Apresentamos no plano de meta a construção de uma arena de esportes radicais no Centro, na área da estação da Luz. Gostaria de saber se estará contemplado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Peço que o senhor deixe o documento da entidade com a Assessoria da Comissão.

Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora Lopes Martins, do Conselho Participativo de Santo Amaro.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES MARTINS – Boa tarde a todos. Represento o Conselho Participativo da Subprefeitura de Santo Amaro, além da minha entidade, que é a Associação São Benedito Legal.

Acho que no Orçamento precisa haver um olhar mais profundo para poder dar autonomia às Subprefeituras. O dinheiro não está sendo distribuído para as Subprefeituras. Entendemos que tem Subprefeituras cuja população tem carências seriíssimas e que a Cidade tem de olhar e saber distribuir. Todavia, não podemos ficar na situação que está a de Santo Amaro. A partir de agosto, a zeladoria não tem mais dinheiro. E vai fazer como? Como vai cuidar das coisas mais imediatas se não tem recursos? Então o Orçamento tem de prever isso.

A Sra. Alexandra do Conselho da Lapa me pediu para eu contar um problema que está havendo lá. Eles aprovaram o plano de obras, já tem a dotação e precisa da liberação até 11 de setembro. Recado dado. Subprefeitura de Santo Amaro também aprovou o plano de obras, e precisamos da liberação com a maior urgência também para que se faça o que precisa.

Precisamos nos lembrar dos eixos históricos que estão abandonados, como Santo Amaro. E isso poderia gerar renda e empregos para a região, enfim, fazer Santo Amaro ficar mais bonito. Verifica o estado do eixo histórico, as pastilhas dos monumentos estão caindo.

Então também precisamos de investimentos na área cultural porque a cultura faz com que o povo possa evoluir, crescer, sair de uma situação de marginalidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Leda Paulani.

A SRA. LEDA PAULANI – Sr. Fábio Siqueira, com relação ao decreto sobre a Operação Faria Lima, eu gostaria de lembrar que as operações urbanas tem recursos que só podem ser utilizados nas benfeitorias previstas na própria operação. Esse recurso foi suplementado com o superávit da própria operação urbana, ou seja, é um recurso da própria operação urbana que foi liberado para ser usado para as despesas previstas.

Sr. Carlos, acho que a gente podia sentar e conversar mais sobre a questão do Tendal da Lapa, para entender melhor. Então, a minha Assessora dará meus contatos ao senhor para verificarmos o que daria para incluirmos no Programa de Metas, ou fora, não importa, mas para dar direcionamento a esse equipamento.

Sr. Diogo Cardoso, que sempre nos prestigia com a sua presença, sobre a questão dos telecentros, o que houve foi uma racionalização. Há uma mudança na política de inclusão digital. Uma das principais iniciativas que se somarão aos telecentros é a questão das praças digitais.

Houve alguns problemas iniciais para iniciar o funcionamento dessas praças, como problemas de alimentação de energia elétrica, que já estão sendo resolvido. Mas, até o final da gestão, o programa de metas prevê 42 praças digitais, se não me engano; mas devemos fazer mais do que cem praças digitais.

A programação do Secretário de Serviços, Simão Pedro, é que haja em torno de 120 praças digitais. Quanto aos telecentros, eles estão sendo repensados dentro de um novo projeto, porque precisamos lembrar que eles foram criados num momento em que a população não tinha acesso sequer a um computador, então os telecentros preencheram essa demanda que havia de inclusão digital da população.

Mas como hoje o computador já se tornou mais popular, os telecentros serão repensados dentro de um universo mais evoluído, principalmente com a questão da internet, do ativismo digital, etc, e com o foco principalmente na juventude.

A Sra. Edna pediu os palestrantes. Estamos à sua disposição, é só entrar em contato que disponibilizaremos alguém para ir ao Conselho Participativo. Mas eu gostaria de lembrar que está previsto um grande seminário para os Conselheiros sobre Orçamento. A data ainda não está fechada, mas será um seminário a todos os Conselheiros Participativos, para justamente dar informação sobre o que é a LDO, o que é Lei Orçamentária, como funciona, o que é execução orçamentária, as receitas, e assim por diante.

Estamos à disposição da Subprefeitura da Vila Mariana para enviar palestrantes, porém faremos um seminário aos Conselheiros. A Sra. Cris Sampaio é a Assessora de Comunicação e já está organizando esses eventos. Em breve, enviaremos aos Conselheiros informações sobre esse evento. Todavia, podemos organizar uma visita especial à Subprefeitura de Vila Mariana.

Aproveitando o discurso da Sra. Lourdes, vou falar sobre os números que mostrei, pois o Sr. Fábio Siqueira também se referiu a eles. Esses percentuais dizem respeito a apenas os investimentos que estão no programa de metas e que estão no anexo de prioridades enviado junto com a proposta de LDO para a Câmara, então esses investimentos não são a totalidade dos recursos.

Por que o percentual fica menor? Porque há grandes investimentos pesados, principalmente em drenagem e em mobilidades. E a maior parte desses recursos, que são federais, do PAC, então os investimentos da educação e da saúde, ainda que sejam substantivos, acabam sendo menores percentualmente dentro desse total.

Portanto, esse recurso não é o total dos recursos para essas áreas, é apenas o total de investimentos que estão consignados no programa de metas.

A obrigação do Município é de gastar 31% das receitas correntes com educação.

Ano passado, gastamos 31,8%. Constitucionalmente, temos de gastar 15% com a saúde, e gastamos 18,4% ano passado. Então, do ponto de vista das nossas obrigações constitucionais e legais do Município, estamos cumprindo plenamente o que se espera.

A Sra. Maria Auxiliadora falou da questão da autonomia das Subprefeituras. Acho que é importante, preocupa também o governo e temos tentando fortalecer mais as Subprefeituras, não só em termo de orçamento, mas principalmente em termos de pessoal, de recursos humanos, porque não adianta apenas disponibilizar o recurso e a Subprefeitura não ter como executar adequadamente esse recurso.

Apenas quero lembrar o seguinte: se você olhar os recursos das Subprefeituras somente no que tange ao orçamento consignado às Subprefeituras, você não enxergará tudo o que está previsto para aquela Subprefeitura, porque a maior parte dos grandes investimentos, como equipamentos e mesmo extensão de programa, que estão previstos para as Subprefeituras está em outras dotações. Por exemplo, os investimentos de mobilidade urbana da Secretaria de Transportes, ou de construção e reforma de equipamentos da Saúde, ou de construção de creche da Educação, etc. E não há como descentralizar tudo isso até pela forma como o Orçamento é organizado. São blocos de investimento.

Por exemplo, no caso de drenagem, é a Secretaria de Infraestrutura Urbana que tem de se responsabilizar. A Subprefeitura pode fazer obras menores, tem autonomia para isso, mas quanto às obras maiores que envolvem volume maior de recursos são as Secretarias que têm a obrigação legal de fazer essas despesas.

Não estou querendo desqualificar o que a senhora falou. Pelo contrário, acho que a senhora tem razão, essa é uma questão que preocupa o governo. Temos tratado dessa questão e tem isso como norte, inclusive nós fizemos o esforço de regionalizar o programa de metas para que justamente ficasse visível o quanto de recurso, no total, está sendo destinado a cada Subprefeitura.

Se você acessar o sistema de monitoramento das metas, você pode escolher por

Subprefeitura. Então, no seu caso, você verá tudo o que está previsto para ser feito até o final da gestão na Subprefeitura de Santo Amaro. Isso não desqualifica em nada a necessidade de maior autonomia das Subprefeituras, de maior estrutura ou de maiores recursos; mas só para observar que os recursos totais que a Prefeitura destina a cada Subprefeitura têm de ser olhados dessa forma.

Se olhar na totalidade, verá que o volume maior de recursos está sendo destinados aonde há maior grau de vulnerabilidade social, maior pobreza, etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Consulto o Sr. Antonio Paulo se deseja fazer alguma consideração. Não, então, vou passar imediatamente a palavra aos Vereadores inscritos. O primeiro inscrito é o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Boa tarde a todos. Gostaria de saudar o nosso Presidente e Relator desta audiência pública Paulo Fiorilo, o Vereador Ricardo Nunes – sempre presente. Quero saudar a nossa Secretária Leda Paulani e o Secretário Adjunto Antonio Paulo.

Quero começar, primeiro, com um questionamento. A Lei Orgânica do Município no seu artigo 137, § 8º, estabelece que a Lei Orçamentária Anual identificará, individualizando-os, os projetos e atividades, segundo a sua localização, dimensão, características principais e custos.

O que temos verificado na LDO deste ano e do ano passado é que o anexo apresentado, na realidade, é um imenso guarda-chuva, pois tudo foi colocado debaixo dele sem qualquer tipo de detalhamento. Por isso gostaria de entender essa questão, porque isso vem dificultar e muito a ação de acompanhamento e fiscalização por parte desta Casa e por parte também dos senhores munícipes.

A segunda questão diz respeito a transferências da União. Em 2014 estava previsto 3,71 bilhões, mas foi realizado 16,788 milhões. A receita, com relação às transferências e convênios da União e suas entidades, previa também, para 2014, 2,381 bilhões e até abril,

absolutamente nada foi transferido.

Fiquei preocupado tanto que consultei o Vereador Paulo Fiorilo e a Assessoria da Comissão, porque temos um prazo fatal para transferência de recurso da União, tendo em vista a lei eleitoral, que seria no dia 4 de julho. Pergunto: as ações que estavam sendo imaginadas para serem executadas em 2014, prevendo quase seis bilhões, não serão executadas este ano?

A segunda questão diz respeito ao desenvolvimento social e família. Estava prevista a criação de 60 Centros de Referência de Assistência Social, CRAS, e até o momento nenhuma foi executada. A outra questão diz respeito aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS. Verificamos que existe apenas a identificação de três terrenos, sem qualquer tipo de outro avanço.

Com relação à Educação, também há a meta do Sr. Prefeito que fala em criação de 150 mil novas vagas para a Educação Infantil e até agora foram criadas 9.959 vagas, sendo sete mil conveniadas. Quer dizer, muito pouco na Administração Direta. Com relação à jornada escolar, existia a previsão de ampliar a jornada de cem mil alunos da Rede Municipal de Ensino. Verificamos que até hoje 3,3% foi cumprido.

Quanto à Rede Hora Certa, existia a previsão de se cumprir 32 e apenas três foram instalados. De 25 prontos-socorros, apenas cinco UPAs foram realizadas. Havia uma previsão de cumprimento de 55 mil unidades para a Habitação, durante quatro anos, e apenas 1.890 unidades até o presente momento foram cumpridas.

De acordo com o projeto de lei, votado nesta semana, com relação ao subsídio de 20 mil reais para as unidades ligadas à Minha Casa, Minha Vida gostaria de saber qual a previsão, porque não constava, no referido projeto, qual o valor estimado para este ano e para os próximos.

Também existia a previsão da construção de 15 Unidades de Referência à Saúde do Idoso e, até o momento, nenhuma foi realizada. Existia a previsão de 34 parques e

unidades de conservação e vimos que apenas sete foram efetivadas.

Com relação à política de mudanças climáticas, a meta era reduzir em 30% neste ano, mas, infelizmente, aumentou 12%. Existia também a previsão de se intervir em 79 pontos de alargamento na nossa Cidade e apenas 2,5% foi resolvido. Existia também aquela questão da criação de 32 Centros de Atendimento ao Cidadão, CAC, e apenas foram elaborados alguns projetos.

Existia a previsão da construção de 11 corredores de ônibus com custo estimado de 4,7 bilhões e, nesta semana, por requerimento do nosso Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento foi solicitado para o Tribunal de Contas, que já havia pedido a suspensão da licitação, que recomende o encerramento do presente certame. O que nos deixa preocupados é que com a aprovação desses projetos existe a previsão de desapropriação de sete mil imóveis. Se colocarmos 500 mil reais para cada sete mil desses imóveis, chegaremos a 3,5 bilhões de gastos só em pagamento de desapropriações e a previsão do custo, contando com dinheiro federal, é de 4,7 bilhões. Então vão sobrar apenas 1,7 bilhões. Temos notado que em um projeto de execução de 30 meses, verificamos que essa meta dificilmente vai ser cumprida.

Essas são, preliminarmente, as questões que estamos levantando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vou passar a palavra à Sra. Secretária para as respostas e, em seguida, para o Vereador Ricardo Nunes.

A SRA. LEDA PAULANI – Obrigada, Vereador Aurélio Nomura. Com relação à natureza do anexo de prioridades, eu gostaria de dizer que, pela primeira vez, vamos ter um detalhamento das ações da Prefeitura. Foi criada, na lei orçamentária deste ano - no ano passado, para a lei orçamentária deste ano e isso vai ser criado novamente na lei orçamentária deste ano para o ano que vem, na LOA 2015 -, um detalhamento de ação. Isso nunca existiu. Nós é que criamos esse detalhamento. Repito, isso não existia, o detalhamento da ação que

permite justamente o acompanhamento, projeto por projeto, endereço por endereço, etc. do acompanhamento da execução orçamentária.

Porém, isso é feito na lei orçamentária. Não há uma obrigação de que isso seja feito na LDO. A LDO traz os princípios que devem nortear a elaboração da lei orçamentária e os anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, além disso, o anexo com as prioridades das metas. Isso, enfim, foi entregue, foi cumprido o que a lei exige.

Com relação às transferências de recursos da União, sempre existem entraves aí que não dependem só da Prefeitura, nós estamos permanentemente monitorando isso em reuniões com o Governo Federal e com a Caixa Econômica Federal para a liberação desses recursos.

Depois, o senhor me perdoe, Vereador, mas o senhor falou de tantas coisas que eu não tive sequer condição de anotar aqui, mas eu só queria fazer uma observação geral de que todos esses valores, sejam quantitativos ou em termos de recursos monetários que o senhor mencionou, são valores para a Gestão como um todo. Então, são justamente os valores e estão consignados nas metas.

Imagino que o senhor tenha essas informações do sistema de monitoramento das metas e quero dizer que aquilo que está ali ainda é referente a dezembro de 2013. Vamos ter agora uma atualização do sistema incluindo aí os valores, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, em termos de recursos monetários ou unidades de equipamentos, proximamente, ao final de maio, começo de junho, vamos ter a atualização do sistema onde esses números já estarão mais gordinhos. Então, só para lembrar que esses valores todos, esses números que o Vereador citou dizem respeito às metas para a totalidade da Gestão, OK?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado.

Passo a palavra ao Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado.

Queria cumprimentar aqui o Vereador Paulo Fiorilo, Relator da LDO, que preside

esta sessão, esta audiência pública; o Vereador Nomura, atuante e combativo, que dá um trabalho danado aqui na Casa, mas pela competência que tem; Dra. Leda; Antonio Paulo, que já é amigo nosso.

Muitas coisas o Vereador Nomura tem razão, mas acho que algumas coisas precisariam ser colocadas também. Até acabei me atrasando um pouquinho. Gosto de participar, mas me atrasei por conta de que eu estava acompanhando o Prefeito Haddad, Vereador Nomura, agora lá em Santo Amaro, na Avenida Miguel Yunes, - viu, Dora? -, onde foi realizada uma vistoria do novo centro de coleta seletiva. É uma coisa de Primeiro Mundo, ficamos assim impressionados. Na América Latina, não tem nada igual ao que vamos inaugurar agora em julho. Serão tratadas 250 toneladas por dia de resíduos recicláveis, melhorando a coleta.

Para vocês terem uma ideia, hoje a cidade de São Paulo só faz a coleta seletiva de 1,6% do lixo. Vamos passar, com este sistema agora, a tratar 10% do lixo que é recolhido na cidade São Paulo. Então, alguns avanços existem, como o Hospital Santa Marina, que era para começar em julho e, por conta de uma ação do Ministério Público, deve ir para setembro. Serão 260 leitos, 56 de oncologia, o que é uma coisa importante. Na zona Sul, não temos um centro de quimioterapia ou de radioterapia. Vai haver agora um lá em frente ao Mercado Municipal. Inaugurando o Santa Marina, teremos quimioterapia, radioterapia. Realmente, acho que, na Assistência Social, está muito falho, acho que foi um erro da Administração e da Casa, no Orçamento do ano passado, que precisaria de 1,3 bilhões e colocou 900 e poucos milhões, mas é pela questão do ajuste. Acho que serve para nós, Dra. Leda e Antonio Paulo, como uma lição. Acho que erramos e errar faz parte, não se pode é persistir no erro. Acho que nós erramos na questão da Assistência Social e é preciso, com certeza, corrigir isso.

Quanto à questão do Telecentro, não tenho procuração da Dra. Leda, mas se eu puder só... Diogo sempre fala disso e, ontem, fui à Secretaria, Diogo, e dá para perceber que o Governo está bem integrado: o que a Secretaria Leda falou foi o que eu lá escutei, só com um

detalhe: a visão deles hoje é que, quanto àqueles equipamentos grandes, as pessoas não usam mais tanto o equipamento; a empresa que lá estava tinha problemas até de pagamento de funcionários, de certidões. Eles estão fazendo uma nova análise do processo - não está parado. Mas há uma coisa legal, há as praças Wi-Fi, vamos ter cinco em Capela do Socorro; Santo Amaro inaugura na semana que vem ou na seguinte; na Floriano Peixoto, na Toni Arantes (?), CDC Campo Grande.

Muita coisa está sendo feita, há muita coisa para se fazer, não é? Mas, dentro desse contexto todo - não vou falar ponto a ponto, porque o tempo é curto aqui -, mas acho que cabe para nós uma reflexão em tudo o que a Secretária falou, no que o Vereador Paulo Fiorilo falou, no que o Vereador Nomura falou - não é? -, porque, quando a Oposição fala, presto muito atenção pois nos ajuda, ainda mais quando é uma oposição construtiva como a que o Vereador Aurélio Nomura faz. Ajuda mesmo.

Acho que precisamos ter um conceito, Secretária Leda, com relação à receita da Cidade. Necessidade há muita, muita, muita, muita. Nós votamos aqui, no ano passado, um projeto que cria incentivo fiscal na zona Leste, um trabalho que exigiu muito do Vereador Paulo Fiorilo, e fui lá falar com o Sr. Prefeito: "Poxa, mas os maiores índices de vulnerabilidade são na zona Sul", e S.Exa. se comprometeu comigo, quanto ao projeto que apresentei, de criar incentivo na zona Sul, que S.Exa. também sancionaria. Está em tramitação nesta Casa - até fiz o projeto, assinam também os Srs. Vereadores Tatto, Milton Leite, Reis, Alfredinho. Não é uma coisa partidária, é uma coisa da Cidade onde há os piores índices de vulnerabilidade social.

Então, temos procurado aqui fazer um trabalho, e o Executivo também, para poder trazer empresas para a cidade de São Paulo e gerar receita. Do nosso Orçamento de 50 bilhões, no ano passado tivemos 9 bilhões de nossa arrecadação do ISS; e tivemos 7 bilhões de nossa contrapartida com relação ao ICMS, que é pago para o Estado e há a quarta parte para o Município.

Então, o quanto é importante termos essa consciência de que os recursos que

entram para a Cidade são importantes. Como é que entra o recurso? Tendo o empreendedorismo, apoiando o comércio, apoiando a indústria, apoiando quem gera emprego, renda e receita para a Cidade.

E aqui vai minha fala, que não pediria nem por favor para a Secretaria, pediria pelo amor de Deus: às vezes, há algumas oportunidades de investimento na Cidade e as pessoas, por uma demagogia enorme, enorme, enorme, dizem: "Ah, não quero". Ficam criando empecilhos.

Estamos aqui discutindo o Plano Diretor. Vocês não têm ideia como é duro. O Vereador Nabil Bonduki é um cara que eu amo de coração, mas que mora na Vila Madalena e não conhece o que é o Jardim Almeida, o 7 de Setembro, o Jardim Mirna, não é? É um cara fantástico e precisamos trabalhar muito essa questão de quando algum empreendimento quer vir para a cidade de São Paulo, nós abraçarmos.

Um exemplo disso, Secretária e Secretário, é um empreendimento que está posto para a cidade de São Paulo - que estamos discutindo: é um aeródromo em Parelheiros, que não tem um centavo de dinheiro público, vai gerar 3 mil empregos e vai trazer uma receita, Antonio Paulo, de 15 milhões de ISS por ano, sem um centavo de dinheiro público.

Então, desde que atendido - e tem de ser atendida toda a questão ambiental, tem de haver um ganho para a cidade de São Paulo, que acho que não se pode dar ao luxo - até por respeito a todas as necessidades que tem e para as quais não tem dinheiro, até por respeito às pessoas que estão lá e que não têm emprego - de não analisar isso com carinho e sem cuidado - e não fazer disso um palanque político. É questão de número e de dados, atender a questão ambiental, as receitas para a Cidade, gera emprego, não tem um centavo de dinheiro público. É muita demagogia alguém querer fazer um discurso contrário, por conta de alguns interesses ou de discurso ambientalista - que é importante, mas um ambientalista fajuto... Eu preciso chegar aqui e falar para nós, no mínimo, repensarmos e reconsiderarmos essas coisas, porque, na hora em que se pegam os dados, gente, se não gerarmos receita

aqui para a Cidade, se não gerarmos impostos, vamos ficar o tempo inteiro aqui discutindo que precisaria haver tantas UBSs, etc.

Meu tempo acabou? Dito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Vereador Ricardo.

Passar imediatamente à Secretária Leda Paulani para suas considerações e também para o seu encerramento.

A SRA. LEDA PAULANI - Bem, acho que Vereador Ricardo Nunes, cujas palavras eu agradeço, não fez propriamente uma pergunta, fez algumas observações e defendeu algumas posições.

Então, não vou propriamente responder ao Vereador Ricardo Nunes. Mas acho que o Secretário-Adjunto Antonio Paulo poderia falar das iniciativas que estamos tomando para facilitar a abertura de empresas e de negócios em São Paulo, ele tem mais informações sobre isso do que eu.

Queria só aproveitar, me esqueci de falar aqui que Dora pediu para mencionarmos, responder, enfim, a questão dos recursos de zeladoria, etc., que já estariam terminando. Cadê Dora? (Pausa) Está ali. Que já estariam terminando. Bem, enfim, se não deveriam existir mais recursos e tal.

Olha, Dora, uma coisa eu garanto: não vai ficar a Zeladoria da Lapa - desculpa, Santo Amaro -, a Zeladoria de Santo Amaro não vai acabar, entende? Nós, alguma coisa, conseguimos acomodar, mas o que aconteceu foi que todo nosso recurso de custeio sofreu muito com a proibição da nossa aplicação da Lei de IPTU. Essa Justiça que não nos permitiu fazer justiça, porque a justiça social que a nova Lei do IPTU iria fazer foi proibida pelo Tribunal de Justiça. E, ao mesmo tempo em que nos proibiu de fazer essa justiça social, nos retirou 800 milhões de reais. Aí, tivemos de comprimir as despesas de custeio. Para quê? Para que pudéssemos realizar algum investimento na Cidade, com recursos das fontes municipais, sem

o que não conseguimos trazer os recursos federais.

Então, com tudo... Acredito que não seja só Santo Amaro. Quer dizer, é uma situação de muita dificuldade com as despesas de custeio, é uma situação geral, não é? Mas, é claro que, enfim, alguma solução se dá. Isso é reflexo dessa situação difícil mesmo que estamos passando neste ano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Secretária.

Passo, então, a Antonio Paulo para suas considerações.

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, uma coisinha rápida, preciso falar. É que, hoje de manhã, Secretário, estava com o Sr. Prefeito lá, e o Sr. Subprefeito também estava, e eu pedi a ele: "Subprefeito, em frente ao Santuário de Padre Marcelo, há uma feirinha e onde se pisa é cheio de barro". Falei que se precisa colocar uma calçada, são 20m x 8m. Ele falou: "Ricardo, não tem dinheiro". Falei: "Não é possível que a Subprefeitura de Santo Amaro não tenha dinheiro para fazer uma calçada de 20m x 8m".

Então, essa questão e a Dra. Dora apresentou, Secretaria, acho que merece um pouco de atenção, que realmente o recurso na Subprefeitura está bem baixo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Antonio Paulo, por favor.

O SR. ANTONIO PAULO - Vereador Ricardo Nunes, é sempre uma grande satisfação, enfim, trabalhar com o senhor e toda vez que, enfim, nos encontramos, sempre o senhor tem alguma sugestão muito importante e boa para nós.

Com relação à receita da Cidade, sem dúvida, concordo consigo, temos de fazer todos os esforços necessários para trazer o máximo possível de empreendedorismo, ou seja, empresas pequenas ou grandes para cá, para a Cidade. A Secretaria de Finanças - atualmente Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico - trabalha muito nessa linha, junto com a São Paulo Negócios, que se tem esforçado bastante, principalmente, dentre as ações que

têm sido realizadas, todo o trabalho para a facilitação do ambiente de negócios aqui na cidade de São Paulo, como, por exemplo, a redução do tempo de abertura de empresas, integração de sistemas da Prefeitura com o Governo do Estado e com o Governo Federal para facilitar ao empresariado.

Com relação ao aeródromo de Parelheiros, eu realmente não tenho muito que falar em relação ao assunto, não domino o assunto. Então, gostaria de não comentar. E, enfim, o que posso dizer é que nos colocarmos à disposição para conversar sobre a zona Sul também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, mas eu queria fazer uma sugestão, se o senhor me permitir.

O SR. - Se fosse o Vereador Nomura, eu concordaria...

O SR. - Eu já manifestei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Eu queria fazer uma sugestão. Acho que há um debate a ser feito, que o Vereador Ricardo Nunes tem cobrado permanentemente, que é a questão do desenvolvimento da zona Sul. Já assumimos inclusive o compromisso de fazer um debate. Então, eu queria, de público, Antonio Paulo...

O SR. ANTONIO PAULO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - ... Propor que pudéssemos realizar essa discussão e, aí, se pautam o aeródromo, os incentivos, as questões que possam, de fato, ajudar a região para que ela tenha outra característica e contribua com o desenvolvimento daquela região que, infelizmente, até agora, não foi olhada.

O SR. RICARDO NUNES - Só para ponderar, Presidente, muito rápido também, pediria para Antonio Paulo e para todas as pessoas que aqui estão é que tenham conhecimento de que existe uma disputa comercial. Se isso não for feito aqui em São Paulo, vai ser feito em São Roque, ou Caieiras, ou Cajamar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES - Então, é importante nós só considerarmos essa questão

de gerar a receita e o emprego aqui na cidade de São Paulo, não é?

Era essa a observação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK.

Antonio Paulo, só para suas considerações finais.

O SR. ANTONIO PAULO - Então, enfim, estamos à disposição, a Secretaria de Finanças e as demais áreas da Prefeitura, para virmos aqui conversar sobre a zona Sul.

Muito obrigado a todos pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK. Quero agradecer a presença do Vereador Ricardo Nunes, do Vereador Aurélio Nomura, de Miguel, da Secretária Leda Paulani, do Secretário Antonio Paulo e de todos que participaram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta segunda audiência pública da LDO.
